



Linha de Pesquisa: Desenvolvimento Econômico, Economia Regional e Instituições

UM ESTUDO SOBRE O ENVOLVIMENTO DO GESTOR PÚBLICO MUNICIPAL NO PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS

Vanessa Saldanha de Lyra Martins de Almeida¹

Simone Elisa Capinos Nagel²

Andrei Giovani Maia³

Resumo: O crescimento desordenado das cidades vem causando diversas disfunções urbanas, sejam de causas sociais, ambientais e econômicas. O grande desafio para o gestor público está em desenvolver e executar projetos que busquem reduzir ou eliminar os problemas socioambientais, de modo que ao atender as diversas dimensões envolvidas, contribuam com a sustentabilidade de seus municípios. Nessa perspectiva, entre os projetos e programas existentes no Brasil, destaca-se o Programa Cidades Sustentáveis que por meio da assinatura de uma carta de compromissos assinada pelos gestores públicos, possibilita a participação municipal em todo o país. Diante da adesão de diversos municípios brasileiros, o artigo tem como principal objetivo, avaliar o envolvimento do gestor público neste importante programa de sustentabilidade. Para alcançar este objetivo, utilizou-se como estratégia a pesquisa documental. Como resultado, observou-se que dada a ausência da disponibilização de relatórios nas bases de dados do site do Programa Cidades Sustentáveis, os Municípios do Rio Grande do Sul não vêm atendendo os eixos (dimensões) que contribuiriam para a sustentabilidade, indicando que os gestores públicos não estão envolvidos com os objetivos do programa.

Palavras-chaves: Sustentabilidade. Gestor público. Cidades Sustentáveis.

Abstract: The overcrowded cities has been causing various urban dysfunctions, be they social, environmental and economic causes. The great challenge for public managers is to develop and execute projects that seek to reduce or eliminate environmental problems, so that to meet the various dimensions involved, contribute to the sustainability of their municipalities. From this perspective, between existing projects and programs in Brazil, there is the Sustainable Cities Programme that by signing a letter of commitment signed by public managers, enables municipal participation across the country. On the accession of several municipalities, the article's main objective is to evaluate the involvement of the public manager in this important sustainability program. To accomplish this, it was used as a documentary research strategy. As a result, it was observed that given the lack of availability of reports in the Sustainable Cities Programme site databases, the Rio Grande do Sul municipalities have not given axes (dimensions) that would contribute to the sustainability, indicating that managers public are not involved with the program objectives.

Keywords: Sustainability. Public Management. Sustainable Cities.

JEL: Q01 – Desenvolvimento Sustentável

¹ Graduada em Direito pela Universidade Gama Filho, Pós-Graduada em Direito Privado pela Universidade Gama Filho, Graduanda em Ciências Econômicas (UFSM).

² Graduada em Administração (SETREM), Graduanda em Ciências Econômicas (UFSM).

³ Graduado em Ciências Econômicas (UNIVILLE), Especialista em Adm. Financeira (INBRAPE), Mestre em Administração (UNIVALI) e Doutor em Administração e Turismo (UNIVALI), Prof. Adjunto do Departamento de Ciências Econômicas da UFSM – Campus Palmeira das Missões.



INTRODUÇÃO

O rápido crescimento populacional através dos anos ocasionou o aumento de número de cidades, gerando graves problemas socioambientais. Atualmente, mais de 80% da população vive em zonas urbanas (IBGE 2013). Entretanto, as cidades não estão preparadas, devido à falta de infraestrutura para suportar o aumento populacional desordenado. Esse crescimento desordenado gerou diversas disfunções urbanas, como falta de saneamento básico, energia, moradia, alimentação, hospital, educação, transporte, falta de segurança, emprego, além de problemas como a poluição.

Torna-se evidente, que o modelo atual de desenvolvimento, baseado no crescimento econômico é insustentável. Para superar tais limitações do modelo tradicional de gestão, torna-se cada vez mais necessária uma transição a um modelo de desenvolvimento sustentável. Diante deste grande desafio, a atuação e o envolvimento do gestor público em projetos de sustentabilidade é essencial para uma sociedade sustentável. O gestor público precisa desenvolver projetos integrados à comunidade local que busquem reduzir as externalidades negativas presentes no uso desenfreado dos recursos ambientais do município.

No Brasil, diversos municípios se destacam com seus projetos ou programas de sustentabilidade. O sucesso de alguns desses programas está relacionado à qualidade de vida alcançada pela sociedade e pela proteção e preservação do meio ambiente regional. Entre os programas existentes, destaca-se o Programa Cidades Sustentáveis pela aplicação de diversos eixos de interesses municipais. O Programa Cidades Sustentáveis, realizado pela Rede Nossa São Paulo et al. (2012, p. 3), tem como objetivo “sensibilizar e mobilizar as cidades brasileiras para que se desenvolvam de forma econômica, social e ambientalmente sustentável”. Ao resolverem aderir ao programa, os prefeitos assinam uma carta em que se comprometem a cumprir uma agenda para a sustentabilidade e acompanhar os resultados alcançados.

Contudo, será que os gestores públicos municipais (prefeitos e secretários) têm conhecimento ou estão envolvidos com o Programa Cidades Sustentáveis (PCS)? Como está o atendimento dos principais eixos definidos pelo Programa? Diante destas questões, este artigo tem como objetivo avaliar o envolvimento dos gestores públicos municipais do Estado do Rio Grande do Sul, a partir dos relatórios disponibilizados no site do programa. Para este objetivo utilizou-se como estratégia a pesquisa documental que permitiu a análise dos relatórios e do atendimento aos eixos (dimensões) da sustentabilidade definidos pelo programa. Os resultados apontam para a ausência do envolvimento dos gestores públicos municipais na



aplicação, desenvolvimento e controle do programa nos municípios. Isso indica a necessidade de maior controle dos projetos ou programas adotados pelo município e de melhor preparo dos gestores no que se refere à sustentabilidade dada a importância para os municípios.

DESENVOLVIMENTO

1 Revisão da Literatura

1.1 Sustentabilidade

Em um sistema capitalista de produção a busca desenfreada pelo crescimento econômico tem gerado externalidades negativas em muitas regiões ao redor do planeta. Na busca por soluções, surge o conceito de desenvolvimento sustentável que tem como principal objetivo de atender as necessidades das tanto de gerações atuais, quanto as gerações futuras (CMMAD, 1988). Há a necessidade de obter-se uma relação harmônica entre o meio ambiente e as necessidades econômicas, gerando-se desta forma, um ambiente sustentável.

Para Sachs (2009, p. 33) “o uso produtivo não necessariamente precisa prejudicar o meio ambiente ou destruir a diversidade, se tivermos consciência de que todas as nossas atividades econômicas estão solidamente fincadas no ambiente natural”. Deve-se ter em mente que em um ambiente econômico, há a necessidade do uso de recursos provenientes do meio ambiente. Desta forma, percebe-se que há uma relação de interdependência entre as dimensões econômica e ambiental, sendo necessário, portanto, que as decisões tomadas devem estar sustentadas no uso equilibrado e consciente dos recursos limitados, extraídos do ambiente natural. Ponciano et. al. (2008, p. 3) explicam que “a tomada de decisão para a alocação eficiente de recursos em uma sociedade ultrapassa, portanto, a fronteira estritamente econômica, pois nem tudo que é viável do ponto de vista da economia, é necessariamente bom para o homem”.

Diversos autores abordam sobre sustentabilidade e possuem diferentes visões sobre este tema. De forma geral, sustentabilidade envolve no mínimo três dimensões, entre elas a econômica a social e ambiental denominadas por Elkington (2012) como Triple Bottom Line. Nesta direção, Boff (2014) destaca que o desenvolvimento sustentável é alcançado através de três indicadores: econômico, social e o ecológico. Já segundo Sachs (2009), são necessários oito critérios de sustentabilidade: econômico, social, cultural, ecológico, ambiental, territorial, político interno e político externo. De forma breve e dentro da perspectiva de Sachs (2009), a



dimensão econômica está relacionada ao melhor uso dos recursos, a fim de promover o desenvolvimento sustentável, mantendo-se o mercado em equilíbrio, a produção, consumo, a geração de emprego, entre outros. A dimensão social trata da relação entre o meio ambiente e a sociedade e das formas possíveis de minimizar os impactos da ação da sociedade no meio ambiente natural. Na dimensão ecológica há a preocupação com a utilização de recursos renováveis e a preservação do potencial natural. A dimensão cultural está relacionada à cultura criada no ambiente sujeito à mudanças que afetam a população e suas tradições. A dimensão territorial, refere-se à importância da melhoria no ambiente urbano e rural, entre outros. As dimensões políticas nacional e internacional estão relacionadas à preservação da democracia, sistema de prevenção de guerras da ONU, entre outros. Isso resume as dimensões da sustentabilidade na perspectivas de Sachs (2009).

Percebe-se, desta forma, que são diversos os fatores que devem ser considerados ao buscar-se a sustentabilidade em um ambiente. A busca pela sustentabilidade vai além da simples redução do uso dos recursos naturais, pois envolve muitas dimensões relacionadas aos interesses humanos e às necessidades dos demais seres vivos ao longo do tempo, por muitas gerações.

1.2 Externalidades

Ao realizar-se a implantação de projetos voltados para a sustentabilidade, deve-se levar em consideração as externalidades que podem ser enfrentadas. Segundo Mankiw (2009, p. 204), “uma externalidade surge quando uma pessoa se dedica a uma ação que provoca impacto no bem estar de um terceiro que não participa desta ação, sem pagar nem receber nenhuma compensação por esse impacto”. Externalidade é definida como um desvio de mercado e para compreender esse fenômeno é necessária análise econômica (PONCIANO et. al, 2008).

De acordo com Gonçalves (2011, p. 1) “o modo do ser humano utilizar as matérias primas fornecidas pela natureza, explorando-as muito acima do nível aceitável, é a principal causadora das externalidades ambientais”. Chagas (2011) explica que “a existência de externalidades leva a resultados ineficientes, do ponto de vista social, na medida em que os agentes não incorporam todos os custos ou benefícios possíveis para a tomada de decisão”. Portanto, as externalidades são efeitos que implicam em custos ou benefícios sociais (e ambientais) causados pelo processo de produção em uma economia, indicando a existência de ineficiência de mercado.



O conhecimento referente às externalidades é essencial, visto que elas influenciam diretamente os objetivos de um projeto de sustentabilidade. A existência de informações imperfeitas e de externalidades leva a falhas de mercado de um ponto de vista social, influenciando no aumento ou redução da produção de bens (GONÇALVES, 2011).

Segundo Mankiw (2009, p. 205), “se o impacto sobre o terceiro é adverso, é chamado de externalidade negativa; se é benéfico, é chamado de externalidade positiva”. Assim as atividades produtivas podem gerar problemas como os provenientes da poluição ambiental ou podem gerar soluções como a expansão de um sistema educacional de qualidade em uma determinada região. Como as externalidades indicam a ineficiência de mercado, há a necessidade que os problemas causados sejam corrigidos ou evitados e no contexto municipal o gestor público precisa desenvolver projetos a ações direcionadas à correção destes problemas.

Para a elaboração de projetos ou programas que visem a sustentabilidade nos municípios, a precisão das informações são essenciais, pois informações imperfeitas também contribuem para os desvios de resultados nos projetos públicos.

Para Gonçalves (2011, p. 2) “Em mercados livres e competitivos, os bens serão produzidos em um nível ótimo de produção da forma mais eficiente, desde que não haja fraude ou informações imperfeitas e nenhuma externalidade”. Verifica-se, assim, a importância de se obter dados de mercado confiáveis que permitam aos decisores ou gestores definir ações que minimizem ou eliminem as externalidades negativas e potencializem as externalidades positivas.

1.3 Gestão pública e sustentabilidade

O crescimento econômico tem gerado graves problemas sociais e ambientais em diversas regiões ou países. Entre os problemas provenientes do crescimento econômico está o crescimento e a concentração populacional em certas localidades desencadeando fortes pressões demográficas sob o sistema natural. Além disso, o sistema público não consegue acompanhar o crescimento urbano e a gestão pública passou a ser um desafio a ser enfrentado.

De acordo com o censo demográfico de 2010 realizado pelo IBGE (2013), 84,4% da população vive em cidades, contra 15,6% da população que vive em área rural. Entretanto, as cidades não possuem condições para receber essa população, e muitas vezes, essa população sofre com a falta de saneamento básico, energia, moradia, alimentação, hospital, educação,



transporte, emprego e segurança, além de outros problemas como a poluição e falta de recursos.

Para enfrentar esses problemas, na esfera municipal o gestor público precisa realizar projetos que atendam simultaneamente diversas necessidades e objetivos sociais sem comprometer a possibilidade de atender as necessidades das futuras gerações daquele município, princípio básico de sustentabilidade. O gestor público precisa desenvolver projetos que envolvam toda a comunidade, utilizando-se de recursos financeiros, humanos e materiais com o escopo de impedir ou reduzir impactos socioambientais negativos atuais e futuros.

Os projetos precisam promover o desenvolvimento dos municípios devem ter por objetivo, desenvolver os municípios, para que a sociedade viva em um meio ambiente limpo e saudável, garantindo qualidade de vida para a sociedade atual e futuras gerações. Os projetos públicos sustentáveis devem estar estruturados em princípios éticos e legais, em dimensões estratégicas devidamente integradas, além do respeito aos valores culturais relevantes e do uso consciente dos recursos naturais limitados ou escassos existentes em um município ou localidade. O Programa Cidades Sustentáveis foi criado com o objetivo de fomentar o desenvolvimento econômico, social e ambientalmente sustentável nos municípios e seus principais eixos (dimensões) serão abordados no item 1.4.

1.4 Programa Cidades Sustentáveis: propostas e objetivos

Segundo o site do Programa Cidades Sustentáveis (2015), com o rápido crescimento populacional e um grande número de cidades, que segundo dados da ONU, entre 2007 e 2050, o número de habitantes nas cidades terá um aumento de 3,1 bilhões de pessoas no mundo todo. Tal crescimento disfuncional trará problemas de infraestrutura, serviços governamentais, os recursos naturais, clima e muitos outros que afetam a qualidade de vida nas áreas urbanas.

Conforme dados do Programa (2015) o Brasil possui mais de 5.500 prefeituras, com desigualdades que geram problemas socioambientais. Fica evidente que o modelo atual de desenvolvimento não está funcionando, e o caminho para um desenvolvimento sustentável torna-se a única saída.

A participação da gestão pública nesse processo torna-se imprescindível, e o desafio do gestor está em implementar ações para diminuir a desigualdade, oferecendo a comunidade equipamentos e serviços públicos de qualidade. Programa Cidades Sustentáveis (PCS) busca contribuir com o planejamento e a execução de ações sustentáveis delineadas por eixos



(dimensões) a serem atendidos pelos municípios participantes. Portanto, esse Programa é uma realização da Rede Nossa São Paulo, da Rede Social Brasileira por Cidades Justas e Sustentáveis e do Instituto Ethos e oferece meios para contribuir com os governos e sociedade de forma a promover a sustentabilidade nos municípios.

O programa, através das múltiplas dimensões da sustentabilidade contempladas em 12 eixos temáticos, oferece uma agenda para a sustentabilidade onde os candidatos assumem compromissos concretos e os cidadãos podem acompanhar os resultados desses compromissos. Para fazer parte do programa, o gestor assina uma carta em que não somente se compromete a promover uma política sustentável através dos 12 eixos temáticos, mas também prestar contas das ações desenvolvidas, tal como os avanços alcançados por meio de relatórios, indicando a evolução, no mínimo, dos indicadores básicos relacionados a cada eixo. Esses relatórios devem ser divulgados, publicados e cinco meses antes do final do mandato, devem ser apresentados em audiência pública.

Os Eixos básicos são:

1. Governança: tem por objetivo fortalecer e desenvolver a participação da sociedade no processo decisório, através de uma política democrática.
2. Bens Naturais Comuns: que consiste em comprometer-se em proteger, preservar e assegurar o acesso equilibrado aos bens naturais comuns.
3. Equidade, Justiça Social e Cultura de Paz, promover a inclusão social, justiça igualitária para todos.
4. Gestão Local para a Sustentabilidade: uma gestão eficiente, administrativamente transparente, que planeje, execute e avalie meios sustentáveis.
5. Planejamento e Desenho Urbano: estabelecer estratégias de planejamento e desenho urbano, de ordem ambiental, social, econômica, cultural e saúde de modo a favorecer a todos.
6. Cultura para a sustentabilidade: a cultura e a diversidade cultural, deve ser valorizada e o patrimônio natural, construído e imaterial preservado A cultura deve ser incentivada com práticas dialógicas, participativas e sustentáveis.
7. Educação para a Sustentabilidade e Qualidade de Vida: os valores e as habilidades de uma vida sustentável e saudável deve ser introduzida na educação formal e não formal.
8. Economia Local, Dinâmica, Criativa e Sustentável: através de incentivo e criando meios para uma economia local dinâmica e criativa, gera-se empregos sem agredir o ambiente.
9. Consumo Responsável e Opções de Estilo de Vida: uso responsável e eficiente dos recursos, e produção e consumo sustentáveis.



10. Melhor Mobilidade, Menos Tráfego: introduzir a mobilidade sustentável, incentivando o transporte coletivo e acessível a todos, integrando entre os transportes, a saúde, o ambiente e o direito à cidade.
11. Ação Local para a Saúde: promover a saúde e o bem-estar igualmente a todos os cidadãos.
12. Do Local para o Global: assumir que a paz, justiça, equidade, desenvolvimento sustentável, proteção ao clima e à biodiversidade são responsabilidades de todos os cidadãos.

O Programa Cidades Sustentáveis possui mais de 300 indicadores gerais reunidos aos eixos básicos da Plataforma, escolhidos em um processo de construção coletivo, para tal, foi desenvolvido um sistema para o preenchimento do relatório dos 100 indicadores básicos. Segundo o Programa, para o processo de implantação é fundamental a fixação de metas dos resultados e promover a participação da sociedade nas decisões tomadas na cidade.

2 RESULTADOS E ANÁLISES

Na revisão da literatura foram apresentados os fundamentos teóricos da sustentabilidade, externalidade, gestão pública e apontamentos sobre o Programa Cidades Sustentáveis. Os próximos itens apresentam as reflexões e análises dos autores sobre os dados obtidos através do site do Programa Cidades Sustentáveis (PCS) através dos relatórios fornecidos por alguns municípios participantes do Programa. O objetivo da pesquisa é avaliar o envolvimento do Gestor Público no programa Cidades Sustentáveis por meio dos relatórios do PCS.

2.1 A aplicação do Programa Cidades Sustentáveis no Estado do Rio Grande do Sul

No site do PCS é possível se obter uma lista dos municípios de todo o país que assinaram a carta-compromisso. Para fins de exemplificação, dos 497 municípios do Rio Grande do Sul, há 31 municípios que participam do programa: Ajuricaba, Alvorada, Cachoeira do Sul, Canoas, Carlos Barbosa, Caxias do Sul, Eldorado do Sul, Erval Grande, Esteio, Farroupilha, Faxinal do Soturno, Guarani das Missões, Imbé, Ivoiti, Jaboticaba, Lagoa Vermelha, Mornaço, Nova Santa Rita, Palmares do Sul, Pontão, Porto Alegre, Relvado, Rio Pardo, Seberi, São Gabriel, Tapera, Torres, Três Palmeiras, Vale do Sol, Vera Cruz e Vitoria das Missões.



Vale salientar que a aplicação do programa e o fornecimento dos relatórios referentes aos avanços obtidos são de total responsabilidade do gestor público, que ao assinar a carta-compromisso torna-se responsável por produzir, divulgar e atualizar os dados, no mínimo, dos indicadores básicos da plataforma. Dentro de 90 dias após sua posse o gestor deve apresentar diagnóstico e os planos de metas para sua gestão.

A seguir são apresentados os resultados obtidos de cada município. Desses 31 municípios participantes, verificou-se que apenas o município de Porto Alegre apresentou devidamente a carta-compromisso assinada, o plano de metas, tal como o relatório dos anos de 2011 a 2014. O município de Lagoa Vermelha apresentou apenas os dados do ano de 2012, sem portanto, apresentar a carta assinada e o plano de metas. A cidade de Canoas apresentou plano de metas e a carta-compromisso assinada, relatórios dos anos de 2011 a 2013, não havendo atualização. O município de Vera Cruz apresentou apenas os dados do ano de 2012, carta-compromisso assinada e plano de metas. A cidade de Esteio, divulgou a carta-compromisso e o plano de metas, entretanto, não enviou dados para o programa. Os demais municípios não forneceram dados. Pode-se verificar a falta de comprometimento por parte dos gestores, visto que a carta-compromisso foi assinada no ano de 2013, início da gestão 2013-2016. Dos cinco municípios que foram citados, apenas o Porto Alegre apresenta os relatórios de evolução municipal no Programa Cidades Sustentáveis.

Para fins de exemplificação, alguns eixos atendidos em Porto Alegre são apresentados a seguir. No eixo ação local para a saúde, verificou-se que a mortalidade materna baixou de 3,17 em 2011 para 2,1 em 2014. O eixo bens naturais comuns, apresenta um acréscimo de área verde por habitante de 43,48 para 44,67. No eixo economia local dinâmica, criativa e sustentável, o desemprego reduziu de 6,5 para 5,6. No eixo Governança, constata-se que houve espaços de participação deliberativos e audiências públicas na cidade, e o número de pessoas com deficiência empregadas no governo do município, aumentou de 0,24 para 0,38. No eixo Melhor Mobilidade, Menos Tráfego, verificou-se a redução nos acidentes de trânsito de 173,87 para 132,47. As Ciclovias exclusivas aumentaram consideravelmente de 0,29 para 0,88. O número de frotas de ônibus com acessibilidade para pessoas com deficiência aumentou de 50,69 para 58,69. A participação do município no Programa Cidades Sustentáveis apresentou pontos positivos, mostrando que o comprometimento do Gestor neste processo é essencial para alcançar uma qualidade de vida sustentável.

2.2 O papel do gestor público em um programa de sustentabilidade



Conforme autores (2015), pode-se identificar 10 fatores relevantes que todos os gestores públicos municipais devem saber antes de elaborar um programa de sustentabilidade, e para que tal programa possa alcançar pontos positivos, é necessário que o gestor público observe os fatores de forma integrada, caso contrário o projeto tende a desvios indesejáveis.

Primeiramente, o gestor público precisa compreender o mundo em que vive, ou ainda, deve mudar a forma que ele vê o mundo, se preocupando com a situação do município influenciando suas decisões e ações e sensibilizando as pessoas que o rodeiam. Segundo Boff (2014), todo indivíduo, a partir das experiências, tradições e conhecimentos disponíveis, desenvolve uma determinada cultura e cada cultura representa a seu modo o ser. Pode-se observar que os gestores públicos de tais municípios não mudaram a sua forma de ver o mundo, tão pouco de preocupar-se com a situação atual, pois os interesses individuais continuam a se sobrepor aos interesses sociais.

Outro ponto a ser considerado é a disposição do gestor público em realizar esse projeto, ou seja, a sua intenção em enfrentar e resolver os problemas, assim como, evitar o surgimento de novos problemas e possibilitar a melhoria contínua dos processos para evitar resultados que levem à insustentabilidade.

Nos 31 municípios que participam do Programa Cidades Sustentáveis, os gestores públicos apresentaram disposição para realizar o projeto no momento que assinaram a carta compromisso, entretanto faltou a aptidão por parte dos mesmos para dar sequência ao trabalho proposto.

A aptidão do gestor público está relacionada a sua capacidade em realizar um futuro projeto de sustentabilidade e lidar com a complexidade envolvida no desenvolvimento do mesmo, pois o termo sustentabilidade leva diversas interpretações muitas vezes inconsistentes e sem fundamento técnico científico. O gestor deve conhecer o que é sustentabilidade. Loures (2012) explica que conhecimento é a informação assimilada e aplicada a realidade e no contexto da sustentabilidade, usar esta informação gera conhecimento e se comprometer com o bem de todos, por meio do pensar, sentir e agir, é ser sábio.

Além do conhecimento, a habilidade e a atitude são competências de um indivíduo (de um gestor). A habilidade é a capacidade que o indivíduo possui de tornar algo concreto e a atitude é uma postura ou posicionamento de um indivíduo baseado em certas convicções, diante de certas situações.

Outro ponto importante é que para lidar com os desafios dentro de um projeto de sustentabilidade, o gestor precisa buscar soluções práticas e simples, com poucos recursos e de baixo custo. Para tanto, a criatividade, ou seja, a capacidade de criar, melhorar,



desenvolver, ou fazer algo diferente, sem que para isso envolva gastos excedentes ou recursos desnecessários. O site do programa fornece diversas ideias criativas além de disponibilizar um espaço com bons exemplos, mostrando como diversas ideias foram implantadas e para que outras cidades as usem como parâmetro.

Deve-se levar em consideração a ética na realização de um projeto, pois além de prestar contas das atitudes com a natureza deve-se também ter um cuidado na execução do projeto com ações coerentes e o nível dos desafios encontrados. Apresentar transparência e fidelidade aos valores e princípios que a organização desenvolve. Não houve, por parte da maioria dos gestores, a prestação de contas que por eles foi assumida, demonstrando a falta de ética. O gestor público tem o poder de influenciar uma sociedade que se baseia em um sistema de normas morais, assim se o gestor não estiver comprometido com a ética, tão pouco a comunidade estará. O grande desafio não está somente na ética da gestão pública, mas em se criar uma comunidade ética (LOURES, 2012).

O gestor deve ter suas decisões e ações alicerçadas nas normas tanto morais quanto as jurídicas. Deve ter respeito pelas normas e levar em conta ao elaborar um projeto. Tendo em vista que é um dever constitucional de todo o cidadão defender e proteger o bem comum. Conforme a Constituição Federal, artigo 225º, é dever de um cidadão brasileiro saber que, “todos têm o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.” (BRASIL, 1988).

Ao criar um projeto o gestor deve levar em conta os aspectos legais para que o projeto não se torne inadequado ou inconsistente em termos legais. Além disso, a aquisição e o uso de recursos para o desenvolvimento de projetos municipais devem atender as exigências legais e orçamentárias.

A elaboração de um programa, envolve recursos financeiros, naturais, materiais e humanos. O gestor precisa pensar no orçamento disponível para as ações futuras para realizar um programa de sustentabilidade. Um exemplo que pode ser abordado é o caso de um dos municípios participantes, que ao inaugurar um posto de saúde, utilizou-se de diversos recursos para realizar o evento de inauguração, com o aluguel de equipamentos de som e prestação de serviços, ocasionando um gasto extra, provavelmente desnecessário, que poderia ser utilizado para outros fins. O gestor público deve ter a preocupação de saber o que é prioridade e saber onde deve reduzir os gastos.

Para que o projeto tenha sucesso o gestor público deve contar com uma rede interna de contatos, ou seja, profissionais que trabalhem na organização pública municipal e que



conheçam a realidade do município e dos recursos disponíveis e as possibilidades de êxito de um projeto de sustentabilidade. Tendo em vista que a sustentabilidade não é o objetivo de apenas um setor, mas de todos, que devem trabalhar em conjunto. Pode-se citar o município de Porto Alegre como um exemplo positivo neste âmbito, apresentando em seu plano de metas secretarias responsáveis por trabalhar no projeto, assim, demonstrando a participação integrada de toda uma organização.

Ainda citando a cidade de Porto Alegre, no plano de metas é apresentado um Comitê de sustentabilidade e o ObservaPoa, que contribuíram na elaboração do projeto, com a apresentação de indicadores, mostrando a importância de uma rede externa de contatos do gestor público.

Esta rede de contatos sociais e organizacionais possibilita ao gestor, outras perspectivas sobre a realidade do município, visto que havendo uma rede, ou seja, uma espécie organização capaz de articular pessoas e grupos, em torno de objetivos comuns.

Para alcançar os objetivos do projeto, o gestor desenvolve uma equipe interdisciplinar com disposição e aptidão para desenvolver o projeto. É composta por profissionais de diversas áreas que poderão contribuir com seus conhecimentos nas mais diversas situações e problemas. A aproximação, a parceria e o convênio entre universidades, organizações públicas e privadas podem contribuir na formação de equipes interdisciplinares e para a educação ou conscientização ambiental da comunidade.

O programa cidades sustentáveis beneficia o signatário da carta-compromisso com uma área exclusiva no portal e participação no Programa de Formação e Capacitação de profissionais nas áreas de políticas públicas.

3 METODOLOGIA

Este artigo é um estudo de abordagem qualitativa que usou como estratégia, a pesquisa documental. A pesquisa documental difere-se da pesquisa bibliográfica por recorrer a fontes sem tratamento analítico a exemplo de documentos oficiais, entre outros (FONSECA, 2002; GIL, 2007). Para Gil (2007) nas pesquisas documentais também é permitido o uso de documentos já processados, mas que podem receber outras análises e interpretações, como relatórios ou tabelas estatísticas.

Foram analisados os dados disponibilizados no site do Programa Cidades Sustentáveis, através dos relatórios elaborados e fornecidos pelos municípios participantes do Estado do Rio Grande do Sul, com o objetivo de avaliar a efetiva participação do gestor público



municipal e da sociedade em um projeto sustentável. Ressalta-se que todos os municípios que fazem parte do programa, foram estudados.

CONCLUSÃO

Este artigo apresentou o papel do gestor público dentro de um projeto de sustentabilidade usando como exemplo o Programa Cidades Sustentáveis, no qual fazem parte 31 municípios do estado do Rio Grande do Sul. Foram utilizados dados disponibilizados através do site do programa, os quais foram analisados. Conclui-se que o papel do gestor público é essencial na elaboração de um projeto. Deve-se levar em consideração a participação e comprometimento do gestor público no projeto de sustentabilidade, observando alguns fatores de forma sistêmica ou integrada.

No município de Porto Alegre constata-se, através dos dados obtidos, que o gestor público mostra-se comprometido com o projeto, apresentado, deste modo, resultados positivos. Os outros municípios participantes não apresentaram resultados efetivos, o que indica a falta de envolvimento com o programa do qual fazem parte. Inicialmente, estes municípios apresentaram disposição para realizar o projeto, com o ato da assinatura da carta-compromisso, porém, com a falta de alguns fatores como por exemplo, a aptidão para realizar o projeto, na maioria dos casos, não foram apresentados os relatórios, e desta forma, não foi possível avaliar a evolução do projeto.

O gestor público deve considerar a importância de estar disposto e ao mesmo tempo apto para realizar um projeto de sustentabilidade, desta forma garantindo a obtenção de resultados. Por outro lado, a possibilidade de não se alcançar resultados positivos é alta. Assim, a preocupação por parte do gestor público e o seu comprometimento, podem ser obtidos ao levar-se em conta os pontos abordados, que devem ser trabalhados em conjunto, para que assim haja o alcance do desenvolvimento sustentável em um município.

LIMITAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO ESTUDO

Este artigo propôs apresentar o envolvimento do gestor público dos municípios do Rio Grande do Sul com a sustentabilidade a partir do Programa Cidades Sustentáveis. A principal limitação está em mostrar apenas o papel do gestor público na realização do programa Cidades Sustentáveis, não levando em consideração como os municípios são monitorados pelo programa e como ocorre a capacitação das pessoas envolvidas no programa. Diante



destas limitações, recomenda-se para futuros estudos uma pesquisa exploratória que contemple aspectos relacionados ao processo controle do atendimento dos eixos do PCS e qual o papel do próprio programa no acompanhamento as ações e atividades municipais.

REFERÊNCIAS

BOFF, L. Sustentabilidade: o que é: o que não é. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

ELKINGTON, J. Sustentabilidade: canibais com garfo e faca. São Paulo: M.Books do Brasil Editora Ltda., 2012.

FÁVERO, R.; CASTILHO, M. L. Responsabilidade social e teoria das externalidades: o caso de algumas empresas poluidoras do meio ambiente. Artigo. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/12/08O401.pdf>. Acesso em: 24 de setembro de 2015.

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GONÇALVES, O. L. A Reciclagem como Meio de Correção das Externalidades: Ambientais e Sociais. Artigo. Disponível em: <http://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos11/58114744.pdf> Acesso em: 27 de setembro de 2015.

IBGE (2013). Atlas do censo demográfico 2010 - IBGE. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

LOURES, R. C. R. Sustentabilidade revisitada: o que queremos sustentar? Contexto, reflexão e ação. Curitiba: Posigraf, 2012.

MAIA, Andrei Giovani; Almeida, Vanessa Saldanha de Lyra Martins e Nagel, Simone Elisa Capinos. Dez fatores que o gestor público municipal deve saber antes de elaborar um projeto de sustentabilidade. Artigo. Disponível em: <<http://ecoinovar.com.br/cd2015/arquivos/artigos/ECO732.pdf>> Acesso em 24 de setembro de 2015.

MANKIW, G. Princípios de microeconomia. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

PONCIANO et.al. Análise das externalidades negativas no meio ambiente e sustentabilidade na agropecuária. Artigo. Disponível em: <<http://ageconsearch.umn.edu/bitstream/107855/2/865.pdf>>. Acesso em: 24 de setembro de 2015.

REDE NOSSA SÃO PAULO. Programa cidades sustentáveis. 5. ed. São Paulo: Gráfica Intefill, 2012.



III SEMINÁRIO DE JOVENS PESQUISADORES EM ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO

REDE NOSSA SÃO PAULO. **Programa cidades sustentáveis:** relatório de atividades.
Disponível em: <http://www.cidadessustentaveis.org.br/institucional>. Acesso em: 10 jun. 2015.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro:
Garamond, 2009.